

REFLEXÃO CRÍTICA: 10 ANOS DA LEI Nº 13.006/2014 O MERCADO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DO BRASIL E A ESCOLA

Ivan Pereira Quintana¹

*¹Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
graduando em Pedagogia bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – Rio
de Janeiro/Polo UFRGS-RS. Porto Alegre. Brasil. E-mail: ivanquintana274@gmail.com.*

Resumo: Este artigo destaca a importância da integração do cinema na educação, tanto para promover uma educação mais inclusiva e democrática quanto para fortalecer a indústria cinematográfica nacional. A transição do cinema para os streamings apresenta desafios para o ambiente escolar, mas também abre novas oportunidades para enriquecer o aprendizado dos alunos. Para garantir uma implementação eficaz da Lei nº 13.006/2014 e promover o uso do cinema como recurso pedagógico, são necessários investimentos em formação de professores, infraestrutura escolar e acesso a conteúdo audiovisual diversificado.

Palavras-chave: Cinema na Educação; Desafios Tecnológicos; Formação de Professores; Lei nº 13.006/2014.

Introdução

A cultura, como expressão da singularidade de um território, reflete as tradições, crenças e cotidianidades de um povo, constituindo-se como um elemento essencial para compreender uma nação e suas relações sociais. No contexto global, a cultura tem se destacado como um dos setores mais dinâmicos da economia, abandonando a visão de mera fonte de bem-estar social para se tornar um componente vital do desenvolvimento econômico.

No Brasil, a economia criativa ganha destaque, representando 3,11% do PIB e empregando cerca de 7,5 milhões de pessoas em mais de 130 mil empresas formalizadas. Esses números evidenciam não apenas a relevância da cultura para alimentar a alma e promover o conhecimento, a capacidade crítica e a felicidade, mas também seu impacto direto na geração de emprego e renda, sendo fundamental para o progresso do país. Diante desse panorama, urge a necessidade de incorporar a dimensão econômica da cultura como um eixo transversal nas políticas públicas.

O Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MICBR) emerge como uma iniciativa central nesse sentido, promovendo a circulação de bens e serviços culturais, a

internacionalização da produção nacional e a profissionalização dos agentes culturais brasileiros.

Os resultados expressivos das edições anteriores do MICBR atestam sua eficácia como mecanismo de fomento aos setores criativos, gerando valores significativos durante as rodadas de negócios e expandindo a diversidade dos setores contemplados. Paralelamente, o Ministério da Cultura direciona esforços para desenvolver políticas públicas que valorizem a diversidade cultural brasileira e descentralizem suas ações, aproximando-se dos profissionais da cultura em todo o país.

O setor audiovisual, composto pelos segmentos de televisão e cinema, representa uma parte significativa da indústria do entretenimento global. No entanto, sua resiliência foi severamente testada durante a pandemia de Covid-19. À medida que as produções e os investimentos na indústria começam a se recuperar, projeções indicam uma retomada gradual do crescimento, culminando em uma estimativa de receita global de US\$ 170 bilhões até 2030. Essa previsão é corroborada por uma taxa média de crescimento anual de 7,2% no período de 2022 a 2030. Estes dados derivam do estudo intitulado “O Impacto Econômico do Audiovisual na América Latina”, conduzido pela Deloitte sob encomenda da Netflix. A divulgação deste estudo durante o Rio2C, evento realizado na Cidade das Artes, no Rio de Janeiro, ressalta a importância estratégica do setor para a região.

No contexto brasileiro, o estudo revela que, em 2021, o setor audiovisual gerou uma receita total de R\$ 56,937 bilhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao ano anterior, apesar das restrições impostas pela pandemia. Ademais, o país investiu aproximadamente R\$ 52,180 bilhões em produções de conteúdo, enquanto a produção de filmes alcançou uma receita de R\$ 6,182 bilhões. A avaliação do impacto econômico do setor considerou não apenas a receita direta, mas também os efeitos indiretos na economia, através do cálculo dos multiplicadores que mensuram os gastos na cadeia de suprimentos. Conforme os resultados, a cada US\$ 10 gastos no setor audiovisual na América Latina, entre US\$ 6 e US\$ 9 são gerados na cadeia de suprimentos. Além disso, foi identificado um impacto significativo na geração de empregos, com 50 a 70 empregos criados em outros setores da economia para cada 100 empregados no setor audiovisual regional.

Diante dos diversos desafios econômicos enfrentados na região latino-americana, o estudo ressalta a necessidade de implementação de políticas e parcerias estratégicas

entre as partes interessadas do setor. Estas medidas visam aprimorar a capacidade da indústria audiovisual em capitalizar as oportunidades emergentes na região. Essa perspectiva, evidencia o papel crucial do setor audiovisual na economia latino-americana, destacando sua capacidade de impulsionar o crescimento econômico e gerar empregos, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de ações coordenadas para fortalecer sua posição diante dos desafios e oportunidades futuras.

A abordagem cinematográfica como objeto estético promove uma dinâmica interativa que instiga a alteridade e a reflexão pessoal. Isso implica em um distanciamento das próprias ideologias, permitindo a abertura para novas percepções. Embora a experiência estética não seja garantida unicamente pelo contato com o objeto artístico, a exposição a filmes engaja o espectador em um processo de interação e diálogo que pode ser eficaz em sua compreensão das narrativas cinematográficas. Partindo do pressuposto de que o filme é um recurso de aprendizagem em si mesmo, torna-se viável utilizá-lo em conjunto com outras ferramentas educacionais, como textos, discussões e questionários, a fim de ampliar a capacidade crítica, reflexiva e de apreensão de conhecimento.

No âmbito pedagógico, é pertinente explorar as possibilidades de incorporação de filmes nas atividades escolares. Para viabilizar a visualização compartilhada e coletiva de filmes, especialmente os de curta duração, recomenda-se o uso de plataformas que permitem o compartilhamento de tela durante videoconferências. Contudo, é crucial atentar para possíveis desafios no uso de filmes em contextos educacionais. O compartilhamento de longas-metragens pode ser complexo devido a restrições de tempo e recursos, sendo necessário considerar alternativas viáveis para garantir a participação e o engajamento dos alunos.

Nesse registro, a incorporação de filmes nacionais nas atividades escolares apresenta-se como uma estratégia valiosa para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Os filmes produzidos localmente oferecem uma oportunidade única para explorar temas relevantes da cultura, história e sociedade brasileira, promovendo uma maior identificação e conexão dos alunos com sua realidade e contexto social. Outrossim, os filmes nacionais servem como uma ferramenta eficaz para estimular o debate e a discussão em sala de aula. As narrativas cinematográficas oferecem diferentes perspectivas sobre temas controversos e desafiantes, incentivando os alunos a desenvolverem habilidades de análise crítica, argumentação e pensamento reflexivo.

Outro aspecto relevante é a valorização da produção cinematográfica nacional e o estímulo ao consumo de conteúdo cultural brasileiro. Ao incluir filmes nacionais no currículo escolar, os educadores contribuem para o fortalecimento da indústria cinematográfica do país e para a promoção da diversidade cultural e linguística. A utilização de um portfólio diversificado de filmes nacionais oferece aos alunos a oportunidade de explorar diferentes gêneros cinematográficos, estilos de direção e técnicas de produção. Isso amplia seu repertório estético e cultural, permitindo-lhes desenvolver uma apreciação mais profunda e sofisticada das artes visuais e do cinema como forma de expressão artística.

Logo, ao integrar filmes nacionais ao currículo escolar, os educadores contribuem para a formação de cidadãos críticos, conscientes e culturalmente engajados. Através da análise e discussão de obras cinematográficas, os alunos são incentivados a refletir sobre questões éticas, sociais e políticas, desenvolvendo assim sua capacidade de pensar de forma independente e participativa na sociedade. Em conclusão, o uso de um portfólio de filmes nacionais como recurso pedagógico é fundamental para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma compreensão mais profunda da cultura brasileira, estimulando o pensamento crítico e proporcionando uma experiência educacional significativa e enriquecedora para os alunos.

Lei nº 13.006/2014

A Lei nº 13.006/2014, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão de produções cinematográficas brasileiras no currículo escolar da Educação Básica, representa um marco legislativo que reflete não apenas uma mudança na abordagem pedagógica, mas também uma oportunidade única de enriquecer o processo educacional com uma ferramenta poderosa e multifacetada: o cinema nacional.

Ao contemplar o cinema como recurso pedagógico, a referida legislação reconhece a importância do audiovisual como uma forma de expressão cultural e artística fundamental para a construção do conhecimento. A linguagem cinematográfica, por sua natureza visual e narrativa, proporciona aos alunos uma experiência sensorial e cognitiva única, que estimula a criatividade, o pensamento crítico e a reflexão sobre temas relevantes para a sociedade.

A introdução do cinema nacional no currículo escolar não se limita apenas à transmissão de conteúdos específicos, mas também promove a valorização da cultura

brasileira e o fortalecimento da identidade nacional. Ao assistir a filmes produzidos no Brasil, os alunos têm a oportunidade de conhecer e se identificar com histórias, personagens e paisagens que fazem parte do seu cotidiano, contribuindo para uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Lei 13.006/2014: Onde está o cinema nas salas de aula? Oportunidades e desafios

Diante dos dados impressionantes apresentados sobre o mercado das indústrias criativas no Brasil e a importância da Lei nº 13.006/2014, que obriga a inclusão de produções cinematográficas nacionais no currículo escolar, poderíamos esperar uma transformação significativa no cenário educacional e cultural do país. No entanto, a realidade é muito diferente.

Enquanto o potencial das indústrias criativas brasileiras é exaltado, o setor do audiovisual enfrenta uma série de desafios que vão desde disputas políticas até o descaso governamental. Desde o governo Vargas, o audiovisual tem sido alvo de contendas políticas, refletindo não apenas divergências ideológicas, mas também interesses políticos e de mídia. Nos últimos anos, o setor enfrentou ataques diretos, com a abertura de recursos e mecanismos para grandes empresas de mídia, inclusive multinacionais, em detrimento de investimentos em produções nacionais. A pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual travados e projetos paralisados.

O descaso com a Agência Nacional do Cinema (Ancine) foi evidente, com denúncias de sucateamento e falta de resposta às demandas do setor. A falta de prorrogação de execução dos projetos da Lei Aldir Blanc na Ancine ameaçou diversas produtoras de audiovisual, enquanto a integração da agência à Anatel sinaliza a perda de autonomia e o aparelhamento do setor pelo setor de telefonia. Outrossim, a Cinemateca Brasileira, importante órgão do cinema nacional, enfrentou graves problemas de gestão e falta de recursos ao longo dos anos, colocando em risco o maior acervo audiovisual da América do Sul.

Além destes fatores, a implementação efetiva da Lei nº 13.006/2014 enfrenta diversos desafios de ordem pedagógica, logística e estrutural, dos quais se destacam a formação dos professores e o engajamento da comunidade escolar. Um dos principais obstáculos reside na falta de preparo dos educadores para trabalhar com cinema e audiovisual dentro do ambiente escolar. A habilidade de incorporar filmes nacionais de

maneira eficaz no currículo requer não apenas conhecimento técnico sobre linguagem cinematográfica, mas também uma compreensão profunda sobre como utilizar essas ferramentas para promover o aprendizado significativo dos alunos. Infelizmente, muitos professores não recebem uma formação específica nessa área durante sua graduação ou cursos de formação inicial, o que limita sua capacidade de integrar adequadamente os filmes no contexto educacional.

Para superar esse desafio, torna-se imperativo investir em programas de formação continuada voltados especificamente para a educação audiovisual. Esses programas devem abranger não apenas aspectos técnicos da produção e análise cinematográfica, mas também estratégias pedagógicas para incorporar filmes de maneira significativa e integrada ao currículo escolar.

A formação continuada pode incluir workshops, cursos online, seminários e outras atividades que capacitem os professores em exercício a desenvolverem habilidades e competências necessárias para utilizar o cinema como uma ferramenta pedagógica eficaz. É fundamental que os programas de formação continuada sejam adaptados às necessidades específicas dos educadores, levando em consideração o contexto socioeconômico e cultural das escolas e comunidades em que atuam. Isso pode envolver parcerias com instituições de ensino superior, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para oferecer programas de capacitação customizados e acessíveis aos professores de diferentes regiões do país.

Ao investir na formação dos professores, não apenas se promove a capacitação técnica necessária para integrar o cinema ao currículo escolar, mas também se fortalece o papel do educador como mediador do conhecimento, estimulando a criatividade, o pensamento crítico e a expressão artística dos alunos. Assim, a formação continuada dos professores emerge como um elemento-chave para a implementação efetiva da Lei nº 13.006/2014 e para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, democrática e culturalmente relevante.

Além da falta de preparo técnico, outro desafio significativo na implementação da Lei nº 13.006/2014 é a resistência de alguns professores em relação ao uso de filmes como recurso pedagógico. Infelizmente, há uma parcela de educadores que enxergam a exibição de filmes como um desperdício de tempo ou uma atividade secundária em relação ao ensino tradicional. Essa resistência pode ser motivada por diversos fatores, incluindo

concepções antiquadas sobre o papel do professor e do aluno na sala de aula, desconhecimento sobre os benefícios educacionais do cinema, falta de confiança na própria capacidade de utilizar filmes de forma eficaz ou simplesmente uma visão estreita sobre o que constitui uma experiência educacional valiosa.

É importante reconhecer e abordar essas resistências de maneira sensível e empática, oferecendo oportunidades de formação e diálogo que ajudem os professores a compreenderem a importância do cinema como ferramenta pedagógica e a desenvolver habilidades para integrá-lo de forma significativa ao currículo escolar. Ao promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas existentes e demonstrar os benefícios tangíveis do uso do cinema no processo de ensino e aprendizagem, é possível desconstruir gradualmente essas concepções limitadas e cultivar uma cultura escolar mais aberta à inovação e à diversidade de recursos educacionais.

Outro obstáculo é a carência de recursos tecnológicos e audiovisuais adequados em algumas instituições de ensino. Por mais difícil de se acreditar em pleno 2024, a falta de equipamentos essenciais, como projetores, telas e sistemas de áudio, compromete não apenas a qualidade da exibição dos filmes, mas também a viabilidade prática de incorporar o cinema ao currículo escolar. Não é que muitas escolas não se valem dos mesmos, é que dado o avanço das tecnologias, muitas não dispõem de recursos, e aquelas que dispõem, estão em posse de equipamentos obsoletos, requerendo um investimento mais adequado em inovação tecnológica.

A ausência desses recursos pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo limitações orçamentárias das escolas, infraestrutura inadequada, falta de planejamento estratégico para investimentos em tecnologia educacional e desigualdades regionais no acesso a recursos e serviços públicos. Em muitos casos, as escolas localizadas em áreas rurais ou de baixa renda são as mais afetadas por essa escassez de recursos, ampliando ainda mais as disparidades educacionais existentes. A falta de projetores e telas de qualidade compromete diretamente a experiência de visualização dos alunos, dificultando a compreensão e a apreciação dos filmes exibidos. Outrossim, a ausência de sistemas de áudio adequados e mais modernos podem prejudicar a audibilidade do conteúdo, tornando difícil acompanhar diálogos e trilhas sonoras importantes para a narrativa cinematográfica.

Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto entre os governos, as escolas, as comunidades locais e outras partes interessadas para garantir o acesso equitativo a recursos tecnológicos e audiovisuais de qualidade em todas as instituições de ensino. Isso pode envolver a alocação de recursos financeiros adequados para a aquisição e manutenção de equipamentos, o desenvolvimento de programas de capacitação para professores sobre o uso eficaz de tecnologia educacional e a criação de parcerias com empresas e organizações da sociedade civil para doações e apoio logístico.

Outro desafio na implementação da referida lei reside na seleção apropriada de conteúdo audiovisual para ser exibido nas escolas. A diversidade cultural e social do Brasil apresenta um cenário complexo e multifacetado, o que torna a escolha dos filmes um processo delicado e desafiador. Não basta simplesmente aplicar um filme para cumprir tabela; é necessário um entendimento da sua aplicabilidade pedagógica. Muitos educadores possuem conhecimento limitado do vasto acervo de filmes nacionais, e, em muitos casos, optam por produções estrangeiras. Vale ressaltar que a produção nacional tem mantido uma média de 90 a 100 filmes de longa-metragem por ano. Especula-se que o desconhecimento reside, em parte, no fato de que nem todos esses filmes conseguem projeção comercial, o que representa um problema secundário para a produção nacional.

Nesse recorte, torna-se crucial garantir que os filmes selecionados sejam relevantes e representativos para os alunos, abordando temas que sejam significativos para sua formação educacional e cultural. A seleção criteriosa de filmes deve levar em consideração não apenas aspectos temáticos, mas também questões como faixa etária dos alunos, contexto socioeconômico das comunidades escolares, objetivos educacionais específicos e diretrizes curriculares. É importante considerar a diversidade de gêneros cinematográficos, estilos de narrativa e linguagens visuais, garantindo uma experiência enriquecedora e inclusiva para os alunos.

Para enfrentar esse desafio de forma eficaz, é fundamental contar com a colaboração de profissionais qualificados, como professores, cineastas, especialistas em educação e gestores escolares. Esses profissionais podem contribuir com sua expertise para identificar e selecionar filmes que atendam às necessidades e interesses dos alunos, promovendo uma experiência de aprendizado autêntica e significativa. O uso de critérios de avaliação claros e objetivos pode ajudar a orientar o processo de seleção, garantindo que os filmes escolhidos atendam aos padrões de qualidade e relevância educacional

estabelecidos. Esses critérios podem incluir elementos como relevância temática, qualidade técnica, adequação ao público-alvo e alinhamento com os objetivos educacionais.

É imperativo desenvolver métodos de avaliação robustos e tecnicamente sólidos para mensurar o impacto da exibição de filmes nacionais no processo de aprendizagem dos alunos. Como dito, estabelecer indicadores claros e objetivos, alinhados aos objetivos educacionais, é crucial para capturar de forma precisa e abrangente os efeitos dessa estratégia pedagógica. Esses métodos de avaliação devem incorporar uma variedade de técnicas e instrumentos, incluindo análise quantitativa de resultados acadêmicos, como desempenho em testes e avaliações, bem como avaliações qualitativas, como observações em sala de aula, entrevistas e questionários. A combinação dessas abordagens permite uma compreensão mais completa e funcional do impacto do uso de filmes nacionais no processo de ensino e aprendizagem.

É imprescindível estabelecer um sistema mais eficaz de acompanhamento contínuo do processo de implementação da lei, a fim de identificar desafios emergentes e promover ajustes quando necessário. Isso envolve a coleta regular de dados e feedbacks, tanto dos educadores quanto dos alunos, para avaliar a eficácia das práticas de integração de filmes nacionais no currículo escolar. Por meio desse acompanhamento constante, é possível identificar áreas de sucesso e áreas que requerem melhoria, permitindo uma abordagem baseada em evidências para o aprimoramento contínuo das políticas e práticas educacionais. Esse processo de monitoramento e avaliação contribui para a transparência e prestação de contas, promovendo uma cultura de responsabilidade e excelência no sistema educacional.

A mobilização e engajamento da comunidade escolar no processo de implementação da lei representam um desafio multifacetado que demanda uma abordagem técnica e estratégica. Conscientizar e envolver todos os stakeholders sobre os benefícios do uso do cinema como recurso pedagógico requer uma série de medidas cuidadosamente planejadas e executadas, é essencial desenvolver estratégias de comunicação eficazes que articulem de forma clara e convincente os objetivos, benefícios e importância do uso do cinema na educação. Isso passa pela elaboração de materiais informativos, atividades de sensibilização, como sessões de debate, que proporcionem oportunidades para a discussão e reflexão sobre o papel do cinema na educação. Essas

iniciativas permitem o engajamento ativo dos diferentes membros da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores e gestores escolares, e facilitam a construção de uma visão compartilhada e coletiva sobre a importância do uso do cinema como recurso pedagógico.

Apesar dos desafios enfrentados na implementação da Lei nº 13.006/2014, é inegável reconhecer os avanços significativos alcançados em muitos níveis governamentais e educacionais em prol da oferta de recursos adequados e equipamentos modernos para promover o uso do cinema como recurso pedagógico nas escolas brasileiras.

Muitos governos municipais e estaduais têm demonstrado um comprometimento louvável ao direcionar esforços e investimentos para garantir que as instituições de ensino tenham acesso a tecnologias audiovisuais de ponta e recursos necessários para implementar efetivamente a legislação. Além disso, diversas secretarias de educação têm desempenhado um papel fundamental ao promover a conscientização sobre a importância do cinema na educação e ao desenvolver políticas e programas voltados para a integração do audiovisual no currículo escolar.

No entanto, é importante destacar que ainda falta uma coordenação e convergência colegiada a nível federal para garantir uma implementação uniforme e eficaz da lei em todo o país. A ausência de uma fiscalização adequada também representa um obstáculo significativo para avaliar o sucesso e os impactos reais da legislação. Embora seja compreensível que leis como essa levem tempo para gerar resultados tangíveis, é preocupante observar que, em muitos locais, os frutos desejados ainda não tenham surgido mesmo após anos de vigência da lei.

Portanto, é essencial que as autoridades federais assumam um papel mais ativo na coordenação e fiscalização da implementação da Lei nº 13.006/2014, trabalhando em conjunto com os governos estaduais, municipais e demais partes interessadas para garantir que os recursos e esforços sejam direcionados de maneira eficaz e que os objetivos da legislação sejam alcançados em sua plenitude. Somente através de uma abordagem colaborativa e uma supervisão adequada será possível garantir que o cinema se torne verdadeiramente uma ferramenta pedagógica inclusiva, democrática e culturalmente relevante em todas as escolas do Brasil.

Para onde vamos? Streaming x Cinema brasileiro

O panorama dos investimentos no setor do cinema nacional e as tendências para a área são reflexos de uma série de fatores, incluindo mudanças na forma como o público consome conteúdo audiovisual, políticas governamentais, incentivos fiscais, e as próprias estratégias de produção e distribuição adotadas pela indústria cinematográfica brasileira.

Recentemente, houve um aumento significativo nos investimentos no cinema nacional, tanto por parte do governo quanto do setor privado. A Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet têm sido importantes instrumentos de incentivo fiscal, permitindo que empresas e indivíduos invistam em produções audiovisuais e recebam benefícios fiscais em troca. O governo, por meio de agências como a ANCINE, tem disponibilizado subsídios, incentivos fiscais e linhas de financiamento para apoiar a produção cinematográfica nacional.

O anúncio recente da Ministra da Cultura sobre um investimento de R\$ 1 bilhão no audiovisual brasileiro é um exemplo concreto desse compromisso com o setor. Esses recursos serão direcionados para diversos projetos cinematográficos, o que demonstra uma preocupação em fortalecer e promover a indústria cinematográfica nacional. A pandemia trouxe desafios e oportunidades para o cinema brasileiro. Por um lado, as medidas de restrição e o fechamento de cinemas impactaram negativamente a indústria, levando ao adiamento ou cancelamento de muitos projetos de filmes. Por outro lado, a ascensão das plataformas de streaming e novas formas de distribuição têm ampliado o alcance do cinema brasileiro, permitindo que mais pessoas tenham acesso a esses filmes.

A produção de conteúdo original para plataformas de streaming, como Netflix e Globoplay, tem se mostrado uma tendência crescente. O sucesso de séries brasileiras, demonstra o potencial do mercado nacional e a capacidade de atrair audiências tanto dentro quanto fora do país. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a competição com produções estrangeiras, a falta de infraestrutura adequada e a percepção de desvalorização da arte cinematográfica brasileira. É importante continuar investindo em políticas de incentivo, infraestrutura e formação de talentos para fortalecer a indústria cinematográfica nacional e garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Apesar dos desafios enfrentados pelo cinema brasileiro em seu próprio território, como a preferência do público por filmes estrangeiros e a falta de reconhecimento por parte das autoridades, o Brasil tem desempenhado um papel significativo na

cinematografia internacional. Festivais de cinema prestigiosos, como Sundance e Berlim, têm reconhecido e premiado filmes brasileiros, demonstrando a qualidade e a relevância do cinema nacional em âmbito global. Além disso, a presença de filmes brasileiros em listas e coleções internacionais, como aquelas curadas pela Janus Films e Criterion Collection, reflete o reconhecimento da riqueza e diversidade do cinema brasileiro por parte de públicos ao redor do mundo.

A migração do cinema convencional para outros meios de mídia, como os streamings, certamente está mudando o panorama da indústria cinematográfica, mas não necessariamente significa o fim do cinema como o conhecemos. O cinema é uma forma de arte e entretenimento profundamente enraizada na cultura global e possui características únicas que o tornam uma experiência única e valiosa para os espectadores.

Embora os streamings tenham se tornado uma opção popular para o consumo de conteúdo audiovisual devido à sua conveniência e variedade, o cinema ainda mantém seu apelo especial. A experiência de assistir a um filme em uma tela grande, em uma sala escura, com som surround imersivo e uma plateia ao redor, cria uma atmosfera única que não pode ser replicada em casa.

Essa experiência cinematográfica é valorizada por muitos espectadores e continua a atrair pessoas aos cinemas, ademais, o cinema oferece uma diversidade de filmes e gêneros que não são facilmente encontrados nos streamings. Enquanto os streamings tendem a se concentrar em produções de grande orçamento e blockbusters, os cinemas muitas vezes exibem uma variedade de filmes independentes, estrangeiros, clássicos e de arte que podem não receber o mesmo destaque nas plataformas de streaming.

Entretanto, é importante reconhecer que os streamings estão desempenhando um papel significativo na indústria cinematográfica, especialmente com o aumento da produção de conteúdo original. Plataformas como Netflix, Amazon Prime Video e Disney+ estão investindo pesadamente em produções próprias, atraindo talentos e expandindo seu alcance global. Essa mudança no cenário do entretenimento está gerando debates sobre o futuro do cinema e como ele se adaptará às novas tendências e tecnologias. Enquanto alguns temem que o cinema tradicional seja ameaçado pela ascensão dos streamings, outros veem isso como uma oportunidade para a indústria se reinventar e alcançar novos públicos.

A migração do cinema para os streamings também tem repercussões significativas no ambiente escolar, onde o cinema desempenha um papel importante na educação e no desenvolvimento dos alunos. Tradicionalmente, as escolas costumam (quando conseguem) usar filmes como ferramentas de ensino, exibindo produções relevantes para complementar o currículo e promover discussões em sala de aula. No entanto, com a crescente popularidade dos streamings, a disponibilidade de filmes nas escolas pode estar diminuindo, uma vez que muitas instituições não têm os recursos necessários para adquirir cópias físicas de filmes ou assinar serviços de streaming.

Isso pode representar um desafio para os educadores que dependem do cinema como uma forma de enriquecer o aprendizado dos alunos. Sem acesso fácil a filmes, os professores podem ter dificuldade em encontrar recursos visuais adequados para complementar suas aulas e engajar os alunos de maneira eficaz. A falta de acesso a filmes pode limitar as oportunidades dos alunos de explorar diferentes culturas, perspectivas e formas de arte, privando-os de uma experiência educacional enriquecedora e inclusiva.

Porém, os streamings também oferecem uma oportunidade única para as escolas expandirem seu acesso ao cinema. Ao aproveitar os recursos online, as instituições educacionais podem incorporar filmes em seus programas de estudo de forma mais acessível e conveniente. Plataformas de streaming educacional, que oferecem uma ampla variedade de filmes e documentários voltados para o aprendizado, podem ser uma solução viável para as escolas que buscam integrar o cinema em seu currículo de maneira eficaz e econômica.

Os streamings também permitem que os alunos explorem o cinema além das paredes da sala de aula, assistindo a filmes em casa ou em dispositivos móveis. Isso pode incentivar a curiosidade dos alunos e promover o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e análise cinematográfica fora do ambiente escolar tradicional. Ao fornecer acesso a uma ampla gama de conteúdo audiovisual, os streamings podem enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos e prepará-los para se tornarem cidadãos globais informados e culturalmente conscientes.

Embora a migração do cinema para os streamings possa representar desafios para as escolas, também oferece oportunidades empolgantes para expandir o acesso ao cinema e enriquecer o ambiente de aprendizado dos alunos. Ao aproveitar os recursos online disponíveis, as escolas podem continuar a usar o cinema como uma ferramenta poderosa

para educar, inspirar e envolver os alunos, preparando-os para um mundo cada vez mais visual e digital.

A discussão sobre a migração do cinema convencional para os streamings não é simples. Com essa mudança de modalidade de exibição, novos desafios se colocam diante das escolas. Seria possível afirmar, caro leitor, que essa transição é um processo incontornável, e as escolas, como seus atores principais, terão que se ajustar. No entanto, surge a questão: todas as escolas estão equipadas com acesso à internet? É uma incerteza, e assim muitas e novas perguntas surgem. O que resta, é que em 2024, nossa amiga, a Lei nº 13.006/2014, completa 10 anos, já com ares de uma senhora de 80 anos! Poderíamos dizer que ela já nasceu velha?

Referências

ALMEIDA, J.C.M. **Cinema contra cinema**. São Paulo: S. Paulo Editora, 1931.

BERNARDET, J.C. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOMFIM, S. “**O desmonte do setor audiovisual brasileiro e o risco Bolsonaro.**”

CULTURA, 19 de abril de 2021, 17:21. Disponível em:

<https://samiabomfim.com.br/2021/04/o-desmonte-do-setor-audiovisual-brasileiro-e-o-risco-bolsonaro/>. Acesso em: maio, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.006**, de 26 de junho de 2014 Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113006.htm. Acesso em: maio. 2024.

CLUBE DO JORNALISMO. “**Streaming versus cinema brasileiro: quem leva a melhor?**” ACNUR/ONU, CÁSPER LÍBERO, USP, DIREITOS HUMANOS.

Publicado em 07/05/2024. Disponível em: <https://clubedojornalismo.com.br/streaming-versus-cinema-brasileiro-quem-leva-a-melhor>. Acesso em: maio, 2024.

FRANCO, M. “**A natureza pedagógica das linguagens audiovisuais**” In: vários autores. Lições com cinema - São Paulo: FDE, 1993.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUNSTERBERG, H. A atenção. Em: I. Xavier. **A experiência do cinema: antologia**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970/2003.

PASSARINHO, J. “**Arte: assunto de interesse do governo**”, entrevista publicada no Jornal da Tarde, 10/09/70.

RAMOS, J.M.O. **Cinema, estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983